

Apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativo ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.  
São Paulo, 25 de Março de 2013.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)			
	2012	2011	
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>	14.713	81.867	
Disponibilidades	374	196	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	9.303	75.141	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.303	75.141	
Operações de crédito (Nota 7)	676	3.360	
Setor privado	753	4.394	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77)	(1.034)	
Outros créditos	4.357	2.927	
Diversos (Nota 8)	4.357	2.927	
Outros valores e bens (Nota 9)	3	243	
Despesas antecipadas	3	232	
Realizável a longo prazo	97.964	28.657	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	84.272	-	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	84.272	-	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	-	10.168	
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.168	
Operações de crédito (Nota 7)	362	1.187	
Setor privado	403	1.552	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41)	(365)	
Outros créditos	13.330	17.302	
Diversos (Nota 8)	13.330	17.302	
Investimentos (Nota 10)	9.927	10.670	
Participações em coligadas	9.905	10.670	
No País	9.905	10.670	
Imobilizado de uso	13	71	
Outras imobilizações de uso	264	338	
Depreciações acumuladas	(251)	(267)	
Diferido	9	24	
Gastos com organização e expansão	75	77	
Amortização acumulada	(66)	(53)	
<b>Total do ativo</b>	<b>122.604</b>	<b>121.289</b>	
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>	1.818	2.960	
Outras obrigações	1.818	2.960	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6	-	
Fiscais e previdenciárias (Nota 11)	1.074	1.480	
Diversas (Nota 12)	738	1.480	
Exigível a longo prazo	7.567	6.809	
Outras obrigações (Nota 11)	7.567	6.809	
Diversas (Nota 12)	7.567	6.809	
Patrimônio líquido (Nota 14)	113.219	111.520	
Capital:			
De domiciliados no País	107.500	107.500	
Reservas de lucros	5.719	4.020	
<b>Total do passivo</b>	<b>122.604</b>	<b>121.289</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)						
	Capital Social	Legal	Reservas de lucros	Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos iniciais em 01 de julho de 2012</b>	<b>107.500</b>	<b>1.378</b>	<b>4.614</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113.492</b>
Constituição de reservas	-	-	(273)	-	273	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	(273)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>107.500</b>	<b>1.378</b>	<b>4.341</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113.219</b>
<b>Mutação do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(273)</b>	<b>-</b>	<b>(273)</b>	<b>-</b>
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>107.500</b>	<b>1.280</b>	<b>2.740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.520</b>
Constituição de reservas	-	98	4.341	-	(4.439)	-
Reserva para expansão	-	-	(2.740)	-	2.740	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.699	1.699
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>107.500</b>	<b>1.378</b>	<b>4.341</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113.219</b>
<b>Mutação do exercício</b>	<b>-</b>	<b>98</b>	<b>(2.740)</b>	<b>-</b>	<b>1.699</b>	<b>-</b>
<b>Saldos iniciais em 01 de julho de 2011</b>	<b>107.500</b>	<b>1.136</b>	<b>-</b>	<b>(691)</b>	<b>8</b>	<b>107.953</b>
Constituição de reservas	-	144	-	(144)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	691	-	691
Reserva para expansão	-	-	2.740	-	(2.740)	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	2.876	2.876
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>107.500</b>	<b>1.280</b>	<b>2.740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.520</b>
<b>Mutação do semestre</b>	<b>-</b>	<b>144</b>	<b>2.740</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>	<b>3.567</b>
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2011</b>	<b>107.500</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>(1.145)</b>	<b>(2.995)</b>	<b>103.377</b>
Constituição de reservas	-	1.263	-	-	(1.263)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1.145	-	1.145
Reserva para expansão	-	-	2.740	-	(2.740)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	6.998	6.998
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>107.500</b>	<b>1.280</b>	<b>2.740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.520</b>
<b>Mutação do exercício</b>	<b>-</b>	<b>1.263</b>	<b>2.740</b>	<b>-</b>	<b>2.995</b>	<b>8.143</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie.

**2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, a Sofisa S/A CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN: a. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; b. CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; c. CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; d. CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11; e. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; f. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; g. CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e, h. CPC Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/2012. As demonstrações financeiras foram concluídas pela administração em 25 de março de 2013.

**3. Descrição das principais práticas contábeis:** a. **Auração do resultado:** Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pró-rata" dia. b. **Operações de crédito e depósitos interfinanceiros:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e respectivos encargos retificados pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pró-rata" dia. c. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pelo BACEN nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, entre "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco, que deve ser realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. As operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controlada em conta de compensação, não mais figura no balanço patrimonial. As operações renegotiadas são mantidas, no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H". d. **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e. **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. f. **Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. g. **Imobilizado de uso e diferido:** O imobilizado de uso e diferido são demonstrados pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo. Os saldos existentes no ativo diferido, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do BACEN, serão mantidos até a sua efetiva baixa. h. **Redução do valor recuperável** - são ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foi identificado perdas no exercício. i. **Outros Ativos**

e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pró-rata" dia. j. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$240 (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social diferida (ativo), são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e estudos técnicos e análises da administração em atendimento a resolução 3.059/02 e 3.355/06. k. **Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso, e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **L. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão subsidiadas nas disposições da Resolução nº 2823/09 e Carta Circular 3429/10 do BACEN, sendo estas as seguintes: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas prováveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas estimadas e como remotas não são provisionados e os divulgados. • As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade. m. **Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços. n. **Demonstração do fluxo de caixa:** Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a Sofisa S/A CFI utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) das transações que não envolvem caixa; (ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e (iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

	31/12/2012	31/12/2011
<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Disponibilidades	374	196
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>196</b>
<b>5. Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		
Até 360 dias	9.303	75.141
Após 360 dias	84.272	15
<b>Total</b>	<b>93.575</b>	<b>75.141</b>
<b>6. Instrumentos financeiros derivativos</b>		
<b>a) Composição da Carteira</b>		
Swap de crédito	-	10.168
Total	-	10.168
<b>b) Composição por vencimento</b>		
Acima de 360 dias	-	10.168
Total	-	10.168
<b>c) Classificação dos instrumentos financeiros derivativos</b>		
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Em negociação</b>	<b>Valor na curva</b>	<b>Valor de mercado</b>
Derivativos	-	10.168
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>10.168</b>

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Em negociação</b>	<b>Valor na curva</b>	<b>Valor de mercado</b>
Derivativos	-	10.168
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>10.168</b>

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:</b>		
Operações de crédito		
Crédito ao consumidor (Sem cobrança)	-	5.018
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.018</b>

Níveis de risco (Resolução nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)						
	AA	A	B	C	D	Total
Curto prazo	525	53	7	40	19	669
De 0 a 14 dias	17	1	1	1	1	22
De 15 a 30 dias	49	5	2	4	1	64
De 31 a 60 dias	65	6	1	5	2	83
De 61 a 90 dias	65	1	4	2	1	77
De 91 a 180 dias	159	13	1	10	2	193
De 181 a 360 dias	170	22	1	16	8	223
Longo prazo	309	36	1	27	4	391
Acima de 360 dias	309	36	1	27	4	391
Total normal	834	89	8	67	23	1.060
Vencido:	-	9	5	8	9	60
Até 14 dias	-	-	2	-	-	2
De 15 a 30 dias	-	9	1	2	3	14
De 31 a 60 dias	-	-	2	3	2	7
De 61 a 90 dias	-	-	-	2	2	4
De 91 a 180 dias	-	-	-	1	2	3
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	24
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	12
<b>Total</b>	<b>834</b>	<b>98</b>	<b>13</b>	<b>75</b>	<b>32</b>	<b>1.156</b>
<b>Provisão</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>85</b>

	31/12/2012	31/12/2011
<b>b) Composição por setor de atividade das operações de crédito.</b>		
Setor privado - Pessoas jurídicas	8	139
Setor privado - Pessoas físicas	1.148	5.807
<b>Total</b>	<b>1.156</b>	<b>5.946</b>

	31/12/2012	31/12/2011
<b>c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>		
Saldo inicial	1.399	3.908
Provisão constituída	323	1.790
Créditos baixados	(1.604)	(4.299)
Saldo final	118	1.399
Recuperação	8.579	3.325

	31/12/2012	31/12/2011
<b>d) Concentração dos principais devedores</b>		
% sobre a carteira		
% sobre o patrimônio líquido		
Principal devedor	53	4,58
10 Maiores	385	33,30
20 Maiores	559	48,36
50 Maiores	771	66,70
100 Maiores	936	80,97

	31/12/2012	31/12/2011
<b>8. Outros créditos - diversos</b>		
Curto Prazo	4.061	4.005
Longo Prazo	4.005	8.066
Devedores por depósitos em garantias (Nota 12a)	7.537	7.537
Imposto de renda a compensar/recuperar	1.788	1.788
Pagamentos a ressarcir	-	1
Devedores diversos - País	296	296
<b>Total</b>	<b>4.357</b>	<b>13.330</b>

	31/12/2012	31/12/2011
Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil (BACEN), o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.		

	31/12/2012	31/12/2011
<b>A DIRETORIA</b>		
<b>CONTADOR: Julio Takechi Katsuda</b>		

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Semestres e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011				
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)				